

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE SANTANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AGROINDUSTRIAL**

MARCOS VINÍCIUS GARCIA ACOSTA

**ENTRAVES E DIFICULDADES COM A LEGISLAÇÃO: A REALIDADE DE DUAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE SANTANA DO LIVRAMENTO**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

MARCOS VINICIUS GARCIA ACOSTA

**ENTRAVES E DIFICULDADES COM A LEGISLAÇÃO: A REALIDADE DE DUAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE SANTANA DO LIVRAMENTO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske

Coorientador: Prof. Dr. Cláudio Becker

SANTANA DO LIVRAMENTO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A185e Acosta, Marcos Vinícius Garcia.

Entraves e dificuldades com a legislação: a realidade de duas agroindústrias familiares de Santana do Livramento. / Marcos Vinícius Garcia Acosta. – Santana do Livramento, 2019.

41 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Unidade em Santana do Livramento, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske

Coorientador: Prof. Dr. Cláudio Becker

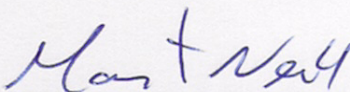
1. Agroindústria Familiar Rural. 2. Legalização. 3. Normatização.

**ENTRAVES E DIFICULDADES COM A LEGISLAÇÃO: A REALIDADE DE DUAS
AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE SANTANA DO LIVRAMENTO**

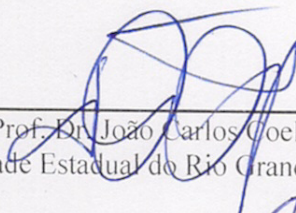
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão
Agroindustrial na Universidade Estadual do Rio
Grande do Sul.

Aprovada em: Santana do Livramento, 12 de JULHO de 2019.

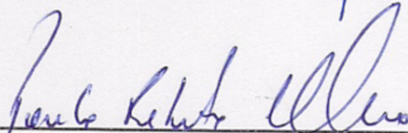
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Márcio Zamboni Neske – Orientador
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS



Prof. Dr. João Carlos Coelho Junior
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS



Esp. Paulo Roberto Carvalho
Especialista em Desenvolvimento Territorial e Agroecologia

Dedicatória

Dedico este trabalho a minha mãe, Janety Garcia e meu pai, Marco Acosta que nunca mediram esforços para me apoiar em todas as decisões difíceis que tomei na vida. Dedico também, a minha esposa Milena que me deu forças para continuar meus estudos diante de muitos desafios que a rotina diária impôs. Por fim, a todos os trabalhadores rurais familiares que lutam dia a dia para manter-se no campo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me dar forças para atingir meus objetivos. Ao meu orientador, Professor Márcio Zamboni Neske, que sempre me incentivou e foi incansável para que eu conseguisse concluir este trabalho. Igualmente estendo esse agradecimento ao meu coorientador, professor Cláudio Becker. Também agradeço a minha esposa Milena Lemes, por me ajudar nas minhas atividades acadêmicas e sempre me dar forças para continuar e nunca desistir. Agraço meus colegas de trabalho que sempre ajudaram-me em minhas tarefas nos dias em que não fui trabalhar devido as pesquisas. Ao meu sogro Roberto Lemes e minha sogra Vania Marli que sempre me acolheram tão bem como filho. A todas as pessoas que de alguma forma colaboraram ou torceram para meu sucesso, em especial a minha colega de curso DRGA Camila Lima que me ajudou com a fase de entrevistas deste trabalho. Por fim, meus pais Marco Acosta e Janety Garcia pela base educacional que me proporcionaram e permitiu-me cursar o Ensino Superior.

RESUMO

O tema de pesquisa desse trabalho está relacionando com a temática que aborda questões relacionadas aos entraves e dificuldades que as agroindústrias familiares rurais em Santana do Livramento passam em relação a legislação. Assim, o objetivo geral, foi analisar em que medida a legislação condicionou o fechamento de agroindústrias familiares rurais em Santana do Livramento. Para alcançar o objetivo proposto, adotou-se a estratégia de estudo de caso, tendo como técnicas utilizadas de coletas de dados pesquisa bibliográfica e entrevista semiestruturadas junto as agroindústrias familiares rurais. Em relação as vantagens e desvantagens após a legalização, o presente estudo revelou que as desvantagens foram maiores, o que pode ser atribuído as razões pelos quais as agroindústrias foram fechadas. As agroindústrias estudadas revelaram problemas enfrentados com as exigências sanitária e a fiscalização do Serviço Municipal de Inspeção. Os elevados custos com estrutura física, registro de produtos, registro do estabelecimento, despesas com profissionais e demais despesas com licenças, alvarás e certidões, também foram problemas identificados que tiveram impactos no fechamento das agroindústrias. Todas essas questões representam alto custo para as agroindústrias familiares em detrimento à quantidade de produtos produzidos. Faltam, ainda, políticas públicas a nível municipal que incentivem a integração entre órgãos públicos, instituições locais e o comércio que promovam o desenvolvimento local através da valorização dos produtos oriundos da agricultura e agroindústria familiar.

Palavras-chave: Agroindústria Familiar Rural. Legalização. Normatização.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

El tema de investigación de este trabajo está relacionado con el tema que aborda las cuestiones relacionadas con los obstáculos y dificultades que las agroindustrias de las familias rurales de Santana do Livramento pasan en relación con la legislación. Por lo tanto, el objetivo general fue analizar en qué medida la legislación condicionó el cierre de las agroindustrias rurales familiares en Santana do Livramento. Para alcanzar el objetivo propuesto, se adoptó la estrategia de estudio de caso, utilizando técnicas de recolección de datos y entrevistas semiestructuradas con agroindustrias de familias rurales. Con respecto a las ventajas y desventajas después de la legalización, el presente estudio reveló que las desventajas eran mayores, lo que puede atribuirse a las razones por las cuales se cerraron las agroindustrias. Las agroindustrias estudiadas revelaron problemas relacionados con los requisitos sanitarios y la inspección del Servicio de Inspección Municipal. Los altos costos con estructura física, registro de productos, registro de establecimientos, gastos con profesionales y otros gastos con licencias, permisos y certificados también identificaron problemas que tuvieron un impacto en el cierre de agroindustrias. Todas estas cuestiones representan un alto costo para las agroindustrias familiares en detrimento de la cantidad de productos producidos. También hay una falta de políticas públicas a nivel municipal que fomenten la integración entre los organismos públicos, las instituciones locales y el comercio que promuevan el desarrollo local a través de la valorización de los productos de la agricultura y la agroindustria familiar.

Palabras clave: Agroindustria Familiar Rural. Legalización. Normatización.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Agroindústria Prosperidade e a proprietária	16
Figura 2 - Agroindústria Queijos da Mila e a proprietária	17

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dificuldades para manter a legalização da agroindústria.....	30
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Características produtivas das agroindústrias estudadas.....	24
Quadro 2 -Vantagens após a legalização.....	25
Quadro 3- Desvantagens após a legalização.....	26
Quadro 4 - Variedade de produtos fabricados antes e após a legalização.....	27
Quadro 5 - Dificuldades para manter a legalização da agroindústria.....	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil social das entrevistadas - idade, gênero e escolaridade.	17
Tabela 2 - Motivações para iniciar a atividade.....	18
Tabela 3 - Participação da agroindústria na renda familiar.....	19
Tabela 4- Tipo de legalização sanitária das agroindústrias antes do fechamento.	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPA	- Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor
CISPOA	- Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal
EMATER	- Empresa de Assistência e Extensão Rural
FEAPER	- Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	- Instituto Nacional de Seguro Social
PNAE	- Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIF	- Serviço de Inspeção Federal
SIM	- Serviço de Inspeção Municipal
SMAPA	- Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UERGS	- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	6
2.1 ORIGEM E IMPORTÂNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	6
2.2 A NORMATIZAÇÃO DA LEGALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	8
2.3 LIMITANTES E LIMITAÇÕES PARA A LEGALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES	12
3. ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES.....	16
4. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E ASPECTOS LEGAIS ANTES DO FECHAMENTO DA AGROINDÚSTRIA.....	24
5. DIFICULDADES PARA MANTER A LEGALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA....	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS	35
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	37
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	42

1 INTRODUÇÃO

Fui criado em um ambiente totalmente alheio as questões do campo, tão pouco durante o ensino fundamental e médio me foi oferecido qualquer conhecimento sobre o meio rural, a não ser aquela história dos livros sobre nossa colonização e de que forma ela influenciou em nossa sociedade, sem detalhar nesses estudos as consequências, traumas e exclusões que o período colonial nos deixou de herança. Dessa forma meu conhecimento sobre a vida, realidade e formas de reprodução social tão ricas que existe no contexto rural familiar, foram nulas. Antes de iniciar a vida acadêmica em março de 2015, primeiramente não tinha ideia do que exatamente iria cursar. Desconhecia o curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, até que um amigo iniciou o mesmo curso, falou-me sobre o contexto e do que se tratava, e aquele momento me despertou o interesse, e acabei optando por seguir esse caminho.

Como profissional do comércio, sempre me identifiquei muito com as áreas administrativas nas empresas onde trabalhei, organizando, desenvolvendo estratégias, planejando e controlando as atividades diárias, concomitantemente a isso, aprecio muito os produtos coloniais oriundo da agroindústria familiar. Logo não poderia deixar de realizar um estudo que envolve, de certa forma, questões de gestão administrativa tão delicada que pode ameaçar a permanência legal das agroindústrias familiares. Na realidade de Santana do Livramento, Rodriguez (2015, p. 14) destaca a posição estratégica das agroindústrias como

A atividade agroindustrial é um ponto estratégico para a economia do município no que se refere aos processos de produção, geração de emprego e renda, entre outros, contribuindo para o desenvolvimento da região. É importante lembrar que a atividade agroindustrial é complexa, pois engloba uma cadeia de atividades que estão ligadas direta ou indiretamente à obtenção do produto final. Tais ações passam pela aquisição e à utilização das matérias primas agropecuárias, pelo processo de transformação, chegando até a distribuição do produto. Todo este caminho é permeado pela interação com diferente agente, em especial com o setor governamental, o qual fiscaliza o funcionamento deste sistema.

Nesse contexto, as questões relacionadas à gestão das agroindústrias ganhavam um enfoque especial, pois aquela atividade representa um complemento ou até mesmo uma forma para subsistência das famílias envolvidas. As histórias incríveis que as famílias nos relatavam durante os trabalhos de campo, a maneira como são resiliêntes as adversidades e desafios que são impostos, como transferem toda uma história tradicional familiar para um queijo, um pão, um doce e demais produtos. Tudo isso inspirou-me a realizar um estudo com o tema

Legislação e o fechamento de agroindústrias familiares rurais em Santana do Livramento, partindo da perspectiva do produtor.

As agroindústrias familiares representam bem mais do que uma simples unidade de produção, sendo um importante instrumento de desenvolvimento, pois geram riquezas direta e indiretamente, além de agregar valor ao setor rural, combatendo o êxodo rural e presando pela soberania da segurança alimentar. Nesse sentido,

A cidadania representa um importante instrumento para a mudança do atual modelo de desenvolvimento. Para isso, a base da pequena agroindústria não deve levar em consideração apenas o caráter econômico, sob pena de repetir o modelo convencional, que gerava/gera a exclusão. Para o autor, a pequena agroindústria familiar, através da sua pluralidade, tem a capacidade não só de gerar renda direta e indiretamente, mas também, de contribuir para a inclusão social e econômica das pessoas que deste meio dependem. PREZOTTO (2002, apud AGUIRRE; MARTINS; MENEZES, 2018, p. 18).

Desta forma o tema de pesquisa desse trabalho está relacionando com a temática que aborda questões relacionadas aos entraves e dificuldades que as agroindústrias familiares em Santana do Livramento passam em relação a legislação. Com isso busca-se as respostas para a seguinte problematização: quais os entraves da legislação responsáveis pelo fechamento das agroindústrias familiares rurais? Para ajudar a solução para esse problema, foi definido como objetivo geral analisar em que medida a legislação condicionou o fechamento de agroindústrias familiares rurais em Santana do Livramento. Assim, foram abordados alguns dos principais desafios que as agroindústrias familiares que solicitaram o fechamento nos últimos três anos em Santana do Livramento – RS passaram para se legalizarem e se manterem legais, e quais foram as razões que as levaram a encerrarem suas atividades.

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho apresenta três objetivos específicos. O primeiro objetivo específico visa caracterizar aspectos sociais, econômicos e de comercialização das agroindústrias fechadas; Para tanto foi necessária realizar um resgate histórico e identificar as características das agroindústrias familiares em questão para entender um pouco da trajetória que levou até a agroindustrialização, quais eram as atividades realizadas antes da legalização e se os produtos eram comercializados, as motivações que levaram a construção e legalização das agroindústrias, qual a participação do estabelecimento na renda familiar, quais as instituições/entidades colaboraram e se houve algum acesso a políticas públicas. O segundo objetivo específico procurou analisar os processos produtivos e legais das agroindústrias familiares, e quais as vantagens e desvantagens percebidas após a legalização. Para corroborar com esse segundo objetivo, foi necessário fazer uma

caracterização da produção e os aspectos legais antes do fechamento da agroindústria. Nesse sentido será abordado a origem da matéria prima e o produto final, entendendo quais foram as vantagens e desvantagens após a legalização, o tipo de legalização sanitária necessária e os produtos fabricados antes e depois da legalização.

No terceiro objetivo procurou-se identificar e compreender quais foram as principais dificuldades para manter a legalização das agroindústrias. Para tanto, pontuou-se o grau de dificuldade encontrada pelas agroindústrias rurais em diversos quesitos que circundam a legalização dos estabelecimentos. Desse modo, com essas informações procurou-se responder os principais desafios enfrentados pelas agroindústrias familiares.

A seguir será apresentada a metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho, onde são descritos aspectos metodológicos como delimitação da área de estudo, as etapas de levantamento de dados, como ocorreu a coleta e tratamento dos dados e as técnicas de coleta de informações utilizadas.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, o trabalho delimitou como universo empírico as agroindústrias familiares rurais que encerraram suas atividades, localizadas no interior do município de Santana do Livramento – RS. Os locais que aconteceram as entrevistas foram na região da Tafona e na região da Faxina. Para alcançar o objetivo proposto, adotou-se a estratégia de estudo de caso, pois a pesquisa buscou realizar um estudo de experiências reais que sofrem com fatores externos que estão além do controle das pessoas envolvidas. Yin (2001) e Gil (2008) corroboram com essa estratégia da seguinte forma:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Pode-se complementar esses estudos de casos "explanatórios" com dois outros tipos – estudos "exploratórios" e "descritivos". Independentemente do tipo de estudo de caso, os pesquisadores devem ter muito cuidado ao projetar e realizar estudos de casos a fim de superar as tradicionais críticas que se faz ao método. Yin (2001, p.17).

O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados. GIL (2008, p. 58).

As técnicas utilizadas de coletas de dados deram-se através de pesquisa bibliográfica e entrevista. A pesquisa bibliográfica visou embasar os argumentos e motivos do estudo. Quanto as entrevistas, foram realizadas guiadas por um roteiro semiestruturado, contendo

perguntas que possuem respostas de múltiplas escolhas e também questões abertas (APÊNDICE A). As entrevistas foram gravadas em áudio devidamente autorizadas pelas entrevistadas, sendo realizadas nos meses de maio e junho de 2019. Desta maneira foi possível captar informações que vão além de nossas expectativas e são de importância primordial para atingir os objetivos desta pesquisa. Paralelamente as entrevistas, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que serviu para embasar os argumentos e motivos do estudo.

Para melhor preservar as identidades das entrevistadas, os nomes aqui apresentados, Maria Silva e Marta Soares, são fictícios. A primeira entrevistada, foi a Sra. Marta Soares, proprietária da agroindústria Queijos da Mila, localizada na região da Tafona. Por coincidência, a proprietária é minha colega do curso desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial. Sabendo que ela havia parado de produzir, entrei em contato para marcar a entrevista. Fui até o local que ela reside e ficamos cerca de uma hora e meia conversando e realizando a entrevista.

A segunda entrevistada foi a Sra. Maria Silva. Fiquei sabendo da situação da agroindústria da referida senhora por meio da Sra. Marta Soares, que também intermediou a entrevista com a Sra. Maria. Por motivos de saúde da entrevistada, tivemos um pouco mais de dificuldades em marcar uma data. Após se restabelecer, conseguimos agendar a entrevista para o dia 12 de junho de 2019, antes de ir para a localidade eu havia convidado a Sra. Marta a me acompanhar até o local que acabou aceitando. Antes de deslocar-me para a propriedade da Sra. Maria passei na residência da Sra. Marta para irmos juntos. A agroindústria se localiza a cerca de 3 km a partir do trevo da faxina em Santana do livramento em direção a cidade de Dom Pedrito. Chegando na propriedade da Sra Maria. por volta da oito horas da manhã, fomos bem recebidos e logo começamos a conversar e realizar a entrevista.

A análise dos dados obtidos envolveu a transcrição das entrevistas no *software* Microsoft Word (versão 2013), considerando as perguntas abertas (qualitativas), e tabulação e análise dos dados quantitativos no *software* Microsoft Excel (versão 2013).

Justifica-se esse trabalho devido à importância social, ambiental e econômica que as agroindústrias familiares representam para o desenvolvimento local. Muito além disso, existem fatores que devem ser preservados, como a história do saber fazer, alimentos produzidos através do conhecimento herdado de geração em geração. Essa cultura, além de preservada, deve ser compartilhada. No entanto, a atual conjuntura sociopolítica causa certa preocupação com relação a essa riqueza cultural, já que existem várias preocupações governamentais, como a reforma da previdência, reforma trabalhista (que atingem o meio rural) e o enfraquecimento das políticas públicas ligadas à agricultura familiar. Além disso,

não vemos preocupações das políticas públicas com relação ao setor rural, agricultura e agroindustrial familiar ou de pequeno porte. Por essas razões, este estudo foi elaborado entendendo pensado nas agroindústrias familiares que fecharam, devido a diversas razões legais que dificultaram seu funcionamento, tendo por horizonte servir de subsídios à esfera social e política no sentido de elaboração de ações que possam reverter o quadro de vulnerabilidade que as agroindústrias familiares se encontram.

Além desse capítulo introdutório, o trabalho está organizado em mais 5 capítulos. O capítulo 2 é apresentado a revisão bibliográfica, onde são abordados temas relacionados as agroindústrias familiares e a legislação. Os capítulos 3, 4 e 5 apresentam os resultados da pesquisa. No capítulo 3 é realizada uma caracterização do perfil socioeconômico e de comercialização das agroindústrias fechadas. No capítulo 4 são analisados aspectos relacionados aos processos produtivos e legais das agroindústrias familiares. O capítulo 5, por sua vez, apresenta uma análise demonstrando as principais dificuldades para manter a legalização das agroindústrias. Por fim, no capítulo 6 são tecidas algumas considerações finais do trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 ORIGEM E IMPORTÂNCIA DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Para Karnopp et. al. (2019), historicamente a agroindústria familiar surgiu como alternativa aos entraves que o modelo econômico da década de 1950 (revolução verde) impôs aos agricultores. Originada no México na década de 50, a revolução verde com seus pacotes tecnológico que incluíam agrotóxicos e fertilizantes, prometiam aumento de produção e desenvolvimento, mas a realidade foi outra ROSA (1998 apud ANDRADES e GANIMI, 2007).

Para Santos (2006, p. 34) “[...] as políticas de apoio à modernização da agricultura não se desenvolveram de forma homogênea e linear entre os agricultores, mas de forma desigual, favorecendo principalmente os médios e grandes proprietários capitalizados, nesse processo os pequenos produtores descapitalizados foram totalmente excluídos”, ou seja, beneficiava apenas aqueles que tinham poder econômico, excluindo os pequenos produtores por várias razões, como: ausência de estudos sobre a realidade local do agricultor, eventos climáticos do campo, falta de conhecimento/treinamento detalhado sobre os pacotes a montantes a jusantes, falta de conhecimento em gestão por parte dos pequenos e por conta de grandes dívidas, os agricultores perdiam suas terras e eram obrigados a migrar para as cidades ou trabalhar para fazendeiros. Nesse contexto Karnopp et al. (2019) contribui dizendo:

O modelo de desenvolvimento econômico construído a partir da década de 1950, com a adoção de pacote tecnológico, foi pautado em uma política homogeneizadora que, por muitos anos, ocultou a capacidade de organização dos agricultores, retirando-os do poder de decisão e colocando-os como meros receptores de tecnologias e políticas. Embora este processo tenha efetivamente aumentado a produtividade agrícola, trouxe como um dos desdobramentos sociais mais evidentes a redução da capacidade dos agricultores de organizarem e administrarem sua produção, provocando ainda mais a marginalização de suas iniciativas. Como forma de resistência a esse processo, na busca de alternativas para a permanência dos agricultores no meio rural, surgem as agroindústrias familiares. (KARNOPP et al., 2019, p. 56).

Segundo Karnopp et al. (2019) muitos desses agricultores para evitar perderem suas terras, sustento e seu modo de subsistência, foram forçados a encontrarem alternativas para resistir a revolução verde e a modernização da agricultura, nesse contexto surge a agroindústria familiar como forma de manutenção da família no campo, alternativa de renda e agregação de valor à produção.

Não muito diferente, segundo CAPA (2007), no Brasil nos anos 90, os agricultores familiares sentem a necessidade de ampliar sua visibilidade social e ao reconhecimento no processo de desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Nesse contexto surge a necessidade de explorar as potencialidades como sistema produtivo viável e diferenciado. A falta de escoamento da produção, perecibilidade dos alimentos, agregar valor à produção, alternativa de renda e etc., tudo isso associado ao saber fazer, ao conhecimento histórico passados de geração em geração dá início ao processo onde a agroindústria familiar deixa de ter um caráter doméstico e passa a ser responsável pela manutenção das propriedades. Ainda na mesma cartilha da Agroindústria familiar rural – contribuições para o desenvolvimento agroecológico, é possível perceber a seguinte definição de agroindústria familiar:

Agroindústria familiar rural é uma unidade de processamento de alimentos localizada nas propriedades rurais ou nos aglomerados rurais próximos. Geralmente é de propriedade de agricultor familiar, individualmente ou em grupo. As tecnologias adotadas são simples, procurando observar sua adequação e/ou adaptação, principalmente em relação ao seu custo e quantidade de produtos industrializados. Essas unidades constituem um ambiente favorável ao resgate de saberes e práticas tradicionais. A matéria-prima processada na agroindústria é produzida pelos agricultores individualmente ou associados, sendo também adquirida de outros agricultores de forma complementar. A força de trabalho utilizada para a realização das atividades produtivas, assim como seu gerenciamento, pertence majoritariamente às famílias proprietárias. Esses estabelecimentos, de uma forma ou de outra, interagem com os mercados, gerando renda para as famílias envolvidas CAPA (2007, p. 4).

Aguirre; Martins; Menezes (2018) definem agroindústria basicamente como indústrias que se dedicam à transformação e/ou processamento de matéria-prima de origem animal e/ou vegetal oriundas do setor agropecuário. Para Gazolla e Pelegrini (2007) agroindústria familiar é definida como atividade de produção de produtos agropecuários com consequente transformação em produtos alimentícios, cuja a sua administração/gestão, mão de obra e comercialização fica sobre responsabilidade da própria família.

A importância das Agroindústrias Familiares está ligado diretamente as questões culturais, sociais, econômicas e sociais já que atua em harmonia com as atividades agrícola, ou seja, beneficiam a sua produção agrícola gerando renda extra a família (SCHNEIDER et al., 2017).

Segundo o pensamento de Wesz; Trentin; Felippi (2008) dentro dos aspectos culturais, sociais, econômicos e sociais, percebe-se que a importância das agroindústrias está diretamente ligada ao desenvolvimento do campo pois reduz a instabilidade e as vulnerabilidades econômicas. Essa perspectiva se reforça no seguinte texto:

Essa questão também é abordada por Maluf (2004), pois a diversificação que é proporcionada pela agroindústria familiar vai se apresentar como um importante amortecedor das tensões exógenas às propriedades, o que refletirá na redução dos efeitos perversos provocados pelos insucessos de safra, oscilações de mercados e às rupturas dos compromissos de aquisição dos produtos por complexos agroindustriais (MALUF (2004 *apud* WESZ, TRENTIN; FELIPPI, 2008, p. ??)).

Outro aspecto relevante com relação a importância das agroindústrias familiares é a questão da valorização da cultura e das especificidades locais. Nesse sentido Wesz; Trentin; Felippi (2008) mostram que nas agroindústrias familiares, a matéria prima utilizada para a produção de produtos agroalimentares é oriunda da própria produção vegetal e/ou animal da própria família. Esse processo possibilita que o produtor tenha controle sobre a qualidade com que está produzindo o alimento. Corroborando com a importância da agroindústria o seguinte texto:

Evidencia-se a importância da agroindústria familiar, como um dos esteios de sustentação para a agricultura familiar, processando matéria-prima própria e agregando valor ao produto final. Dessa forma, propicia um incremento na renda familiar, gera emprego, auxilia a reduzir o êxodo rural, melhora a qualidade de vida da família e influencia no desenvolvimento do município onde está instalada, bem como da região onde comercializa os produtos, dentre outras contribuições. (FERNANDES; ENGEL, 2016, p. 192).

Esses aspectos valorizam as características locais em que estão inseridos, podendo a região ser beneficiada com denominação de origem, ou seja, é o nome geográfico que designa produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo os fatores naturais e humanos (TONIETTO, 1993). A agroindústria familiar é de importância ímpar para o desenvolvimento regional, para isso, é importante a valorização adequada para que a população em geral seja beneficiada direta ou indiretamente.

2.2 A NORMATIZAÇÃO DA LEGALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Apesar das agroindústrias familiares auxiliarem aos agricultores a não deixarem o campo rumo a cidade, e como alternativa de renda frente às dificuldades e desafios impostos pelo trabalho agropecuário, as famílias encontram outras dificuldades no que diz respeito ao funcionamento desses estabelecimentos. (BORTOLUZZI, 2013).

A maior parte das agroindústrias surge à margem da legalidade de forma experimental, produzindo pequenas quantidades de produtos para comercialização. Essa fase é importante para o aprendizado e adquirir experiência sobre o novo ramo de atividade que será

desenvolvido. No entanto, com o decorrer do tempo é comum que a demanda pelo produtos aumente, fazendo com que a produção deixe de ser ocasional, com isso vem a necessidade da formalização mediante o risco das sanções prevista em lei (ANDERSON et Al. (2012 apud ANDERSSON, 2015). Ainda sobre o início das agroindústrias familiares, CAPA (2007) corrobora com o seguinte trecho:

Uma das questões que deve ser levada em consideração quando os agricultores passam a transformar sua produção agropecuária com vistas ao mercado formal, são os aspectos legais que virão a incidir sobre o processo. É fato que a maioria das agroindústrias surge à margem dos processos legais e comercializa seus produtos de forma experimental, sendo esta fase, um período importante de aprendizado e aquisição de experiência na atividade. No entanto, quando o processamento deixa de ser uma atividade ocasional e passa a ter um outro papel no sistema de produção familiar, os agricultores tendem a dar mais um passo e procurar os meios de formalizar a sua produção (CAPA, 2007, p. 5).

Dentro das questões normativas que englobam a formalização das agroindústrias, é necessário entender o contexto que está por traz da legalização, ou seja, o que faz o produtor pender pelo lado da informalidade. Para Gazola (2014, p. 534) esse contexto está embasado em sete dimensões que “[...] se trata de um processo multidimensional, que envolve vários elementos, desde estratégias próprias dos agricultores, dificuldades frente às instituições, regramentos e normas, falta de acesso a informações, políticas públicas, burocracias, dentre outras questões.”

A primeira das dimensões está ligada a alta carga tributária, principalmente para a produção de bebida, como vinho, licores e aguardente de cana, pois não leva em consideração a porte econômico da agroindústria, os impostos são os mesmos tanto para a grande indústria como para a agroindústria familiar. Na segunda dimensão são considerados os altos custos com relação a construção da estrutura física agroindustrial exigida pela lei e também o equipamento necessários para cumprir a legislação sanitária, assim como, o valor elevando na obtenção da matéria prima, mesmo sendo próprio produtor que produz. A terceira está relacionada aos normas sanitária, ou seja, a exigências impostas pelo SIM (Serviço de Inspeção Municipal) quando existente nos municípios, muitas vezes são normas verticalizadas que desconsideram o porte da agroindústrias, aplicando as mesmas exigências e investimentos tanto estruturais como tributárias para as grandes como pequenas agroindústrias. Conseqüentemente as pequenas agroindústrias passam por mais dificuldades frente aos valores financeiros aplicados. A quarta dimensão envolve as questões ambientais, são que aborda os impactos que as agroindústrias podem causar. A quinta engloba os aspectos jurídicos, prevê as questões de contratações se for o caso. A sexta dimensão envolve as

legislações/normas demasiadamente complexas e burocráticas que não diferenciam grandes agroindústrias das agroindústrias familiares que muitas vezes acarretam em sanções vinda de fiscalizações de conselhos e órgãos do governo como Conselho de química, Biologia e INMETRO. A sétima dimensão aborta outros motivos como, falta de conhecimento das instituições locais e agencias de assistência técnica e extensão rural sobre os processos que envolvem as agroindústrias familiares, falta de profissionais que trabalhem especificamente com legislação de iniciativas, falta de orientações claras por parte das instituições reguladoras que facilite o entendimento do agricultor, a falta de importância em se legalizar por parte de agricultores que se encontram em avançada idade e por fim, a falta de capital de giro que cubra as despesas da formalização (GAZZOLA, 2014). Esses problemas de legalização também são reforçados por Andersson (2015).

De acordo com Caruso; Anjos (2007), apesar do incentivo dos programas governamentais e do avanço de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à regularização das agroindústrias, incentivando às boas práticas produtivas, percebe-se que a implantação de agroindústrias nas propriedades rurais é apenas uma das etapas do processo. O dia a dia e os problemas enfrentados por estes agricultores familiares vão muito além da retórica oficial em torno à defesa quanto às potencialidades dessa classe de trabalhadores com relação às políticas públicas. Os entraves referentes à legislação fiscal e principalmente sanitária/ambiental, até no momento, representam um dos principais problemas que enfrentam as famílias rurais interessadas em criar novas agroindústrias ou regularizar as já existentes. As exigências, segundo indicam, são as mesmas aplicáveis às grandes agroindústrias. (CARUSO; ANJOS, 2007 apud ANDERSSON, 2015, p. 21-22).

Mais especificamente CAPA (2007) resume muito bem as principais legalizações que orbitam as agroindústrias familiares, são elas:

- Legalização tributária/fiscal – Refere-se a legalização junto aos órgãos da receita Estadual e Federal. Engloba as questões que são necessárias para emitir nota fiscal, ou seja, movimentações de entradas e saídas de insumos e produtos que geram arrecadação de tributos. Sem emitir nota a agroindústria não poderá funcionar.
- Legalização Ambiental – Diz respeito às normatizações que visam reduzir os impactos ambientais advindos de estabelecimento agroindústrias, nesse processo deve constar os procedimentos realizados para tratamento de resíduos através de um projeto técnico. As agroindústrias deverão procurar os órgãos ambientais para a formalização. A partir de 27 de dezembro de 2006 a resolução nº 385 do Conselho Nacional do Meio Ambiente determina que, entre outras diretrizes, os

estabelecimentos que tiverem até 250m² poderão obter licença ambiental simplificada desde que comprovado o baixo impacto ambiental.

- Legalização Sanitária – Está ligada diretamente a Segurança Alimentar e Nutricional. No Brasil, dependendo do tipo de matéria prima utilizada e de produtos elaborados, existem diferentes órgãos responsáveis por essa legalização. O Ministério da Saúde através da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), é o órgão que fiscaliza a maioria da produção e comercialização de produtos de origem vegetal, nesses casos não a limitações geográficas para comercialização. Dentro das normas que regulamenta os produtos cujo a matéria prima vem de origem animal, a inspeção sanitária correm em três instancias: Serviço de Inspeção Municipal (SIM) permite que os produtos sejam comercializados apenas dentro do município, Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (Sispoa) no caso do Rio Grande do Sul permite que a produção seja comercializado dentro dos limites geográficos do Estado, e por fim o Serviço de Inspeção Federal (SIF) que permite comercializar o produto em nível nacional.

No que tange as políticas públicas, as agroindústrias familiares possuem um importante espaço para o seu desenvolvimento. No Rio Grande do Sul foi criado através do Decreto Estadual nº 49.341 de 5 de julho 2012 o Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF). O programa objetiva facilitar a implantação e a legalização das agroindústrias familiares do Rio Grande do Sul, oferecendo linhas de créditos a juros baixos; amplia a participação dos agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), orientação para regularização geral de acordo com o perfil agroindustrial e novas oportunidades de comercialização, entre outros benefícios (SDR, 2019).

Os principais órgãos responsáveis por fomentar programas públicos são as Prefeituras Municipais, Secretarias Municipais de Agricultura (SMA), serviços de assistência técnica e extensão rural (EMATER/RS). Dentre as estruturas locais, cabe salientar a importância do Sistema de Inspeção Municipal (SIM), que está presente em 290 municípios do Rio Grande do Sul (GAZOLLA, 2014). Atualmente, o município de Santana do Livramento, onde o presente estudo desenvolveu-se, possui SIM instalado e em funcionamento. (AGUIRRE; MARTINS; MENEZES, 2018, p. 140).

Junto com o PEAFF o Selo Certificação “Sabor Gaúcho” foi instituído como forma de denominação de origem do produto, além de saber a procedência, as agroindústrias que possuem tal certificação são referências em qualidade de produção. Dionatan Tavares, diretor do SDR em 2016 descreve o Selo “Sabor Gaúcho” como:

O selo Sabor Gaúcho é uma marca que identifica os produtos com origem na agricultura familiar gaúcha, que participam do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF). É um selo de identificação mas que também, ao final das contas, acaba certificando qualidade pois o empreendimento que o recebe teve todo um acompanhamento de assistência técnica e do Estado que garante ao consumidor um produto de alta qualidade no balcão, principalmente aqui na Expoente. (TAVARES, 2016, p. ??).

Gazolla (2014) relata que as prefeituras também desempenham um papel fundamental no fortalecimento da agroindústria familiar, essa ação se dá através da criação de programas municipais de apoio as agroindústrias. Ainda o mesmo Autor cita como exemplo dois municípios do norte gaúcho – Constantina e Frederico Westphalen. Nesse caso, as agroindústrias familiares possuem acesso a créditos para custeio e investimento, captação de fundos federais através de projetos viabilizados pelas prefeituras, repasse de equipamentos e máquinas agroindustriais aos agricultores, além de outros serviços prestados para o seguimento agroindustrial familiar.

2.3 LIMITANTES E LIMITAÇÕES PARA A LEGALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Como visto nos tópicos anteriores, são muitos os entraves e detalhes que as agroindústrias em geral se preocupam para funcionar legalmente. Segundo Nichele; Waquil (2011) as exigências impostas pela legislação nacional, estadual e municipal, trazem grandes desafios para a legalização das agroindústrias, principalmente para as pequenas e/ou familiares, pois muitas vezes a legislação é formulada de uma forma vertical, sem considerar as diversas realidades que envolvem o setor agro familiar no Brasil. Complementando:

Existem muitos gargalos nesse setor, quais sejam processos de comercialização e acesso aos mercados, inadequação de embalagens, instalações e tecnologia de produção e, principalmente, no que diz respeito à legislação sanitária e à qualidade destes produtos. (NICHELE; WAQUIL, 2011, p. 2231).

Para as agroindústrias que produzem a partir de matéria prima de origem animal, a legislação sanitária é a que mais pode trazer limitações aos produtores, são as seguintes. (CAPA, 2007, p. 6).

- a) Limitação da comercialização dos produtos de origem animal, segundo a competência da fiscalização:
- b) Legislação e regulamentos centrados em grandes instalações e equipamentos. Este enfoque na estrutura física implica grande custo em investimento e, conseqüentemente, dificulta a industrialização em pequena escala.
- c) Excessiva burocracia, altos custos e demora para o registro de estabelecimentos, rótulos e produtos.
- d) Sobreposição e/ou conflitos e/ou indefinição de competências entre os órgãos da agricultura e da saúde.

Um outro fator que pode complicar a questão da legalização, é a perda da característica colonial dos produtos fabricados nas agroindústrias familiares. Para Nichele; Waquil (2011) os produtos oriundos da agricultura familiar tem aspectos culturais e históricos para a família, que normalmente dá o aspecto diferenciado da produção. A legislação sanitária exige mudanças sistêmica nos processos agroindustriais, pois exige, além de uma estrutura predial mínima, aparelhagens e maquinários regulamentados para produzir os produtos “coloniais”, essas questões, segundo os produtores, podem alterar as características dos alimentos, perdendo o “toque especial” que o processo tradicional de produção atribui. Nesse sentido Nichele e Waquil (2011, p. 2234) diz que “(...) embora os agricultores saibam da importância de adotar processos que garantam a sanidade dos produtos, imposta pela legislação, eles afirmaram que as leis podem inviabilizar a produção agroindustrial, devido às mudanças sugeridas na estrutura física e nos processos de produção. Além dos investimentos terem custos elevados, as vendas diminuem, pois o produto perde seu caráter colonial.”.

Em consonância, Gazzola (2014) afirma que as agroindústrias possuem um alto custo de produção, principalmente aquelas que se reproduzem de forma individual. O autor coloca que os investimentos em planta agroindustrial e a compra de máquinas e equipamentos que estejam dentro das normas da legislação, representam os principais custos financeiros enfrentados pelos agricultores familiares que pretendem legalizar a sua agroindústria. Outro fator a ser considerado são os processos que abrangem a comercialização da produção. Dentre essas questões Perez et al. (2009) destacam que na cidade de Santa Rosa - RS, falta estrutura adequada para a exposição e comercialização da produção agroindustrial familiar pode dificultar a escoação dos produtos e cerca de 30% dos produtores comercializam apenas na propriedade.

Durante o processo de legalização da agroindústria, as adequações exigidas, podem alterar a característica artesanal/colonial, principalmente pelas trocas de máquinas e equipamentos, modificando qualidade original do produto e assim aumenta o risco das vendas caírem devido a mudança nas características do produto final. Essas questões refletem diretamente na forma de como produzir, quanto produzir e pra quem produzir, já que descaracteriza os conhecimentos tradicionais que são praticados na fabricação de produtos colônias (NICHELE; WAQUIL, 2011).

Para Perez et al. (2009) a questão da qualidade dos produtos podem sofrer alteração a partir do momento que a agroindústria deseja ampliar sua área comercial e quer comercializar em outros municípios.

As AFs são consideradas empresas, e por isto são enquadradas nas normas como tal. Além de inaceitável o fato de um produto que foi inspecionado no município de Santa Rosa/RS, por um profissional e órgão legalmente habilitado, e considerado apto para o consumo, perder sua qualidade quando atravessa os limites municipais. É, inimaginável ser um produto bom para os consumidores de Santa Rosa/RS e ruim para os municípios vizinhos como: Santo Cristo/RS, Salgado Filho/RS e outros, perderem em alguns quilômetros suas características legais. (PEREZ et al., 2009, p. 6).

Somando a essas questões de qualidade que o produto colonial apresenta, outro fator que colabora para as limitações que a agroindústrias familiares passam, é a falta ou pouco conhecimento em gestão de negócios. Complementando Prezoto (2016) define gestão na agroindústria familiar como:

A gestão: Com a agroindústria, os agricultores e agricultoras familiares passam a atuar também em outras duas importantes etapas da cadeia produtiva – os setores secundário e o da comercialização. É uma mudança de papel da agricultura familiar, que além da produção de matéria-prima passou a agregar valor à produção agropecuária. A gestão do empreendimento pode ser individual ou, em geral, em grupos de agricultores e agricultoras. O importante é que toda a tomada de decisão cabe aos agricultores e agricultoras, de forma transparente e participativa e com base em informações técnicas. (PREZOTO, 2016, p. 11).

Os agricultores carecem de instruções que lhes orientem sobre formas produtivas de gerirem a agroindústria, ou seja, possuem conhecimento técnico sobre a tecnologia que utilizam para produzir, no entanto acabam, muitas vezes, fechando negócios a preços com baixas margens de lucro, é um retorno do trabalho que acaba cobrindo praticamente os custos. Isso se deve ao fato dos produtores controlarem de forma superficial os gastos, desconsiderando alguns custos importantes para a formulação correta do preço, essas negociações quando não realizadas de uma forma correta, podem trazer problemas

estratégicos, gerencial ou operacional que dificultará a permanência na atividade. (SIMARELLI, 2006, apud KARNOPP et al., 2019).

Esses aspectos acabam por burocratizar processos que até então eram simplificados para a agroindústria antes da legalização, são situações que pesam na hora do produtor decidir sobre a regularização do seu estabelecimento.

3. ASPECTOS HISTÓRICOS E CARACTERÍSTICAS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Este capítulo abordará os aspectos históricos das famílias entrevistadas, ou seja, as motivações que levou a iniciar as atividades agroindustriais antes e pós legalização. Quais foram os benefícios alcançados com as novas atividades e quais os entraves enfrentados para legalizar e durante o período que estavam legalizados. Também será apresentada quais as características de cada agroindústria familiar e suas estratégias para se manter no mercado até o momento em que decidiram fechar seus empreendimentos.

As agroindústrias aqui estudadas são identificadas como A e B. A agroindústria A é de propriedade da Sra. Maria Silva, localiza-se no município de Santana do Livramento – RS a cerca de 41 km em direção ao município de Dom Pedrito, no assentamento Fidel Castro, é composta por 6 integrantes da família, (Figura 1). A agroindústria B é de propriedade da Sra. Marta Soares, localiza-se em Santana do Livramento – RS, na estrada São Leandro, região da Tafona a cerca de 5,5 km da estrada Robledo Braz, aproximadamente 17km da cidade, é familiar e composta por mais 2 integrantes, (Figura 2). Nenhuma delas utilizava mão de obra contratada em qualquer período do ano.

Figura 1 - Agroindústria Prosperidade e a proprietária



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Figura 2 - Agroindústria Queijos da Mila e a proprietária



Fonte: Marta Soares (2019)

Santos (2006) atribui que na maior parte das vezes os conhecimentos tradicionais passados de geração em geração entre as mulheres de uma mesma família é o ponto de partida para as atividades agroindustriais. “[...] Entre as peculiaridades que são encontradas nas agroindústrias, pode-se destacar a participação das mulheres possivelmente pelo seu tradicional domínio na manipulação de alimentos, historicamente realizado por elas” (SANTOS, 2006, p. 85).

Não obstante, a tabela 1 ilustra exatamente essa característica das mulheres à frente da agroindústria.

Tabela 1 – Perfil social das entrevistadas - idade, gênero e escolaridade.

Variável	Agroindústria A	Agroindústria B
Gênero	Feminino	Feminino
Idade	44	30
Escolaridade	Fundamental	Superior incompleto

Fonte: pesquisa de campo (2019).

É possível verificar que tanto na agroindústria A como na B, a mulher está à frente do negócio. Percebe-se que a idade não interfere com relação as realidades encontradas, pois a proprietária da agroindústria A possui 44 anos e a proprietária da agroindústria B possui 30 anos. A escolaridade também é um fator que poderia exercer certa influência sobre a permanência das atividades agroindustriais. No entanto, apesar da entrevistada da agroindústria A possuir o ensino fundamental e a entrevistada da agroindústria B possuir ensino superior incompleto, ambas tiveram que optar em fechar as respectivas agroindústrias.

As agroindústrias familiares rurais surgiram como uma forma de resistência ao modelo econômico excludente da década de 1950, nesse contexto, a alternativa de renda e agregação de valor à produção agropecuária se tornou mais sólida com o passar do tempo. A Tabela 2 abaixo revela os principais motivos que levaram as famílias a decidirem abrir as agroindústrias.

Tabela 2 - Motivações para iniciar a atividade.

Motivo	Agroindústria A	Agroindústria B
Alternativa ao desemprego		x
Complemento de renda		x
Cursos de formação	x	
Ocupação ter o que fazer		
Realização pessoal	x	
Tradição	x	x

Fonte: pesquisa de campo (2019).

A Tabela 2 retrata que as agroindústrias possuem diversos motivos para iniciar as atividades. No caso da agroindústria A, a Sra. Maria sabia fazer variados produtos alimentícios artesanais, mas além do saber fazer, ela tinha o sonho de ter seu negócio próprio, seria uma realização pessoal e isso foi determinante para buscar motivação para realizar cursos de formação, como o de boas práticas de fabricação e por fim começar os processos de legalização da agroindústria. Não muito diferente, na agroindústria B, a Sra. Marta também sabe fazer produtos alimentícios artesanais que aprendeu com a sua mãe, até que em um determinado momento se deparou com a necessidade de complementar a renda. Sem emprego, a Sra. Marta juntamente com seus pais decidiram por comercializar o alimentos produzidos, o que resultou na legalização da agroindústria Queijos da Mila.

Quando questionadas sobre os produtos que produziam antes de legalizar as agroindústrias, obteve as seguintes respostas.

[...] “Antes de possuir a agroindústria, produzia queijos, pão caseiro, cuca, fazia salgadinho par vender fora, fazia rapadura e vendia pra vizinhança local. De vez em quando alguma faxina e lavava pelego também. Fazia linguiça, carneava ovelha”. (Entrevista, Marta Soares)

[...] “Quando não existia essas lei (refere-se a legislação imposta pelo Serviço de Inspeção Municipal) eu produzia pão, doces, queijo colonial (verdadeiro) e o temperado, e nós fazia feira né, saia lindo as nossas feira, nós fazia 3 dias de feira na praça internacional, claro, quem puxava isso ai era a EMATER através da Graciela. Ai antes disso nós estava na rural fazendo café colonial, vendia super bem. A agroindústria prosperidade foi uma realização pessoal pra mim”. (Entrevista, Maria Silva)

No que se refere à renda familiar, é praticamente unânime que as agroindústrias familiares têm contribuído para complementar a renda ou até mesmo é a principal ou única renda da família. É o que ostra a Tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Participação da agroindústria na renda familiar.

Valor	Agroindústria A	Agroindústria B
Menos de 10%		
De 10% a 20%		
De 20% a 50%	X	
De 50% a 70%		
De 70% a 90%		x
Mais de 90%		

Fonte: pesquisa de campo (2019).

A Tabela 3 revela que na agroindústria A, a renda gerada fica entre 20% e 50% da renda total familiar, caracterizando-se como complementar já que a família possui outras fontes de renda oriundas a agricultura. Na agroindústria B, a renda provinda chega a 90%, ou seja, o fechamento desse estabelecimento causa um enorme impacto, já que a única renda que a família possui é da aposentadoria dos pais da Sra. Marta, que segundo a entrevistada, o casal recebe um salário mínimo cada, o que nos dias atuais chega ao valor de R\$ 1.996,00.

É importante salientar que durante e pós legalização a EMATER foi a principal aliada das agroindústrias aqui mencionadas. Pois foi a responsável por viabilizar projetos para acessar incentivos e facilitar o processo de legalização. Segundo Maria e Marta, a EMATER ofereceu cursos de aperfeiçoamento que inclusive motivava a permanência no campo.

[...] “A Emater foi a peça chave e fundamental, demonstrou preocupação com o êxodo rural, tirando a vontade do produtor em sair do campo. Na área social de um baita “imporão”, através da Graciela, extensionista da EMATER, onde ela convidou para fazer cursos, e incentivou através de outros cursos pra poder ficar na propriedade e poder trabalhar nela junto com os pais. A SMAPA, na secretaria da

agricultura, através do Serviço de Inspeção Municipal (SIM) fizeram a parte dos papéis para a legalização da agroindústria”. (Entrevista, Marta Soares)
[...] “A Emater incentivou através do projeto do FEAPERS. A Emater viabilizou cursos de boas práticas de fabricação. Havia uma secretária da agricultura muito boa, ela ajudava em tudo que precisasse”. (Entrevista, Elizabete Silva)

Quanto ao acesso as políticas públicas, ambas as agroindústrias tiveram incentivos financeiros para investir na estrutura. A agroindústria A recebeu um incentivo no valor de R\$ 25.000,00 e conseguiu o selo “Sabor Gaúcho”, enquanto a agroindústria B recebeu o valor de R\$ 20.000,00.

[...] “Para a construção da agroindústria sim, veio um incentivo através do FEAPER. Em uma consulta popular, a cidade de Livramento foi contemplada para investimento em agroindústria. Veio em torno de R\$ 100.000,00, para ser investido em agroindústria ou cooperativa, na época o secretário da agricultura, Carlinhos Fernandes, resolveu verificar quem seriam os interessados em montar uma agroindústria, que no caso seriam cinco agroindústria. Então o secretário resolveu dividir o valor entre as interessadas. Cada agroindústria recebeu R\$ 25000,00 com exceção da agroindústria da minha, não quis dar um passo muito largo e acabei optando em receber R\$ 20000,00. Desses R\$ 20000,00 será pago apenas 20% do valor total. (Entrevista, Marta Soares)

[...] “Não me lembro muito bem, mas veio um credito através do FEAPER de emenda parlamentar de R\$ 25.000,00”. (Entrevista, Elizabete Silva).

Durante a agroindustrialização é possível perceber através dos relatos que muitos são os desafios enfrentados. No caso das agroindústrias A e B, tiveram problemas diferentes, pois nem sempre o problema de um era o do outro. A agroindústria A sentiu mais dificuldade com a falta de organização dos órgãos públicos em fornecer orientação com relação aos locais corretos que se deve pegar e levar os documentos exigidos. Também reclamou com relação à falta de qualificação para o atendimento em assuntos de agroindústrias e por fim, relatou a falta de flexibilidade por parte do SIM (Serviço de Inspeção Municipal). Outro problema relatado pós legalização, foi a mudança da qualidade do queijo, pois com as regulamentações a Sra. Maria foi obrigada a mudar a forma tradicional com que produzia os queijos e assim alterou a qualidade do produto para pior, pois o queijo teve seu gosto alterado, perdendo a essência colonial artesanal. A Sra. Maria relatou o seguinte, [...] “A principal dificuldade foi na secretária da fazenda, com relação aos documentos. Faltavam pessoas qualificadas para o atendimento na área de agroindústria. Por parte do SIM falta flexibilidade com as questões da agroindústria familiar”, em outro momento da entrevista ela declarou o seguinte:

[...] “Tu sabe que vou te dizer outra coisa, preciso falar isso pra ti, esse queijo que nós fizemos, se tu reclamar pra mim, eu me conformo com a reclamação, por que é um queijo que não é verdadeiro. tu cozinha, tu ferventa o leite, tu faz o queijo antigo e faz o de agora que nem dentro das leis, tu vai ver que o de agora é uma plasta,

imagina, tu vai a 75 graus de caloria e depois volta a 42 graus em um choque térmico, aí tu pega aquele queijo que os clientes cobram que não é o furadinho, aí eu digo, “pois é dona é que é lei” é que furadinho pro Ariel (fiscal do SIM) é bactéria, meu Deus do céu!!! eu me criei comendo esse queijo da prateleira gostoso cheiroso, agora ele me vem com bactérias, nenhum de nós morreu com isso”. (Entrevista, Maria Silva)

A Agroindústria B registrou problemas de logística para escoar a produção, além da má qualidade das estradas rurais e a falta de mais opções de transporte público na região em que se localiza a agroindústria da familiar. Outra questão que dificulta o início da agroindustrialização são as taxas que cobradas dos produtores. Com relação a isso, a Sra. Marta afirmou o seguinte: [...] “Na época não tinham carro, faziam 5 km a pé até chegar o próximo ponto de ônibus forçando com os queijos ou dependendo de carona. A legislação complicou por causa das taxas”.

Outro desafio que as agroindústrias familiares apresentam no início da agroindustrialização é o acesso aos mercados. Pois antes da legalização, normalmente já há produção em pequenas escalas que são comercializadas informalmente para um público limitado (CAPA, 2007).

Após a legalização, as agroindústrias A e B passaram por dificuldades divergentes, porém não tão distante em termos de realidade. A falta de logística facilitada e adequada, associada com descaso do setor público para viabilizar um espaço organizado de boa visibilidade e acesso para comercialização dos produtos (apesar de existir em Santana do Livramento um espaço, porém não é o ideal) e políticas públicas inexistentes para incentivar o comércio da cidade a adquirir produtos a um preço justo, oriundos da agroindústria familiar para revender, são alguns problemas que as proprietárias das agroindústrias enfrentam para comercializar sua produção.

[...] “A clientela já havia, pois a gente vendia queijo antes de legalizar a agroindústria. O que mais atrapalhava era a logística. A produção, pesada, era levada a pé até o ponto de ônibus”. (Entrevista, Marta Soares)

[...] “Não tive fácil acesso. O plano era a prefeitura negociar com os mercados para receber os produtos da agroindústria familiar, mas nunca houve essa negociação, portanto nunca tiveram um espaço um cantinho nos mercados para a venda desses produtos. O único que deu atenção foi o gerente do BIG, mas para colocar os produtos, exigiu um mínimo de 400kg de queijo, mas ele não queria qualidade, ele queria era quantidade. Já o grupo Righi nunca quiseram dispor de um espaço para a comercialização. A forma de comercialização e na rua porta a porta e clientes que vem até hoje comprar”. (Entrevista, Maria Silva)

A relação com os consumidores é de extrema importância para o mantimento da agroindústria no comércio. Pois é através dessas relações é que nascem mais oportunidades

para melhorar a comercialização dos produtos produzidos e assim pode-se promover o desenvolvimento agroindustrial. Nesse sentido, tanto a agroindústria A como a B são muito semelhantes, pois ambas comercializavam seus produtos para clientes fixos, nas feiras para clientes que já cativos entre outros.

[...] “Além dos clientes já existentes antes da agroindústria, vendiam na feira do produtor para pessoas que saíam com intenção de comprar na feira e para muitas pessoas que passavam em frente, visualizavam o banner e paravam para comprar”. (Entrevista, Marta Soares)

[...] “Eu tenho clientes na cidade, que buscam o meu produto qualidade, meu queijo é apenas coalho e sal. É o legítimo queijo colonial”. (Entrevista, Maria Silva)

O apoio das instituições locais ainda está longe de ser ideal para as agroindústrias familiares, a EMATER é a instituição mais citada entre as que oferecem algum tipo de apoio as agroindústrias que estão iniciando suas atividades. A seguir segue o depoimento sobre esse apoio.

[...] “A SMAPA deu um apoio, mas a peça fundamenta que ajudou foi a EMATER”. (Entrevista, Marta Soares).

[...] “No começo houve um incentivo da secretaria da agricultura, EMATER, secretária da agricultura e depois o secretário da agricultura Carlinhos Fernandes. Mas apoio dos vereadores para ajudarem as agroindústrias não, ou donos mercados para conhecerem os produtos também não”. (Entrevista, Maria Silva).

Basicamente a agroindústria A manteve suas atividades legais durante cinco anos, já a agroindústria B manteve-se legalizada por dois anos. Dentre os principais motivos alegados para o fechamento das agroindústrias, destacam-se as exigências sanitárias, impostos elevados e concorrência não legalizada.

Nesse contexto cabe salientar que outro agravante dificultou o mantimento das atividades agroindustriais. A Sra. Maria revelou que está enfrentando problemas de saúde, o que impediu-a de manter suas atividades agroindustriais. Reforçando esses motivos abaixo os respectivos depoimentos.

[...] “Como a produção era pequena, mal dava pra pagar as taxas de água, impostos, ração para os animais, custo com responsável técnico e os valores pagos para análise do produto e da água. Só o equipamento para medir o pH da água tinha um custo em torno de duzentos reais por mês, fora outras coisas que eram exigidas”. [...] “A Saúde foi o principal motivo. Mas além disso, os impostos cobrados a concorrência de agroindústrias informais que vendem queijo a preços baixos que mal cobrem os custos, a falta de fiscalização para combater essas irregularidades, custo com responsável técnico. Eu não vejo problemas que trabalhem de forma informal, mas que antes disso essas pessoas devem passar pelos mesmos trabalhos e dificuldades que eu passei para me legalizar”. (Entrevista, Maria Silva).

Com relação à produção informal, a agroindústria B parou totalmente com as atividades, pois após fechar o estabelecimento a família Soares não sentiu necessidade em seguir produzindo. Já na agroindústria A, por razões de saúde a produção está parada, mas quando possível, é produzido alguns queijos para atender alguns clientes que vão até a casa de Maria para comprar.

4. CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E ASPECTOS LEGAIS ANTES DO FECHAMENTO DA AGROINDÚSTRIA

No âmbito agroindustrial familiar, as legislações muitas vezes atrapalham o desenvolvimento deste setor, justamente pelo fato de não serem leis apropriadas para o porte e o nível de produção desses estabelecimentos. Este capítulo abordará as características de produção e o contexto legal que circundam as agroindústrias familiares em questão, antes de seus respectivos fechamentos.

Ambas as agroindústrias produziam queijos do tipo colonial e temperado. A matéria prima é de origem animal e a mão de obra é 100% familiar. Após a legalização somente os queijos mencionados são produzidos para comércio, a origem da matéria prima era própria em ambas as agroindústrias. O quadro abaixo ilustra essa realidade.

Quadro 1- Características produtivas das agroindústrias estudadas.

Agroindústria	Tipo de agroindústria	Produtos produzidos	Origem Matéria Prima	Comercialização
Agroindústria A	Origem animal	Queijo Temperado Queijo Colonial	Própria	Na propriedade, feiras, PNAE
Agroindústria B	Origem animal	Queijo Temperado Queijo Colonial	Própria	Feiras, casa em casa,

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Apesar das semelhanças em vários aspectos, é possível perceber que na comercialização, a agroindústria A vendia seus produtos no próprio estabelecimento, feiras e pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Já a agroindústria B comercializava seus produtos nas feiras existentes no município de Santana do Livramento e de “casa em casa”, ou seja, haviam clientes que tinham a preferência por esta agroindústria e ao se deslocar para a cidade, a Sra. Marta dirige-se a essas residências para efetivar a venda além de outras vendas que proviam de indicações.

Diante desses fatores que envolvem a comercialização formal e com as agroindústrias devidamente legalizadas, a partir do olhar das proprietárias das agroindústrias A e B, procurou-se entender as vantagens após a legalização como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 -Vantagens após a legalização.

Vantagens	Agroindústria A		Agroindústria B	
	Sim	Não	Sim	Não
Aumento das vendas		x		x
Aumento da margem de lucro		x		x
Comercializar produtos valendo-se de programas governamentais	x		x	
Aumento da clientela		x		x
Expansão da área de abrangência local		x		x
Cobertura dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS		x		x

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Pode-se perceber que, após a legalização, as únicas vantagens que a nova fase trouxe para as agroindústrias envolvidas foram a habilitação para comercializar produtos, valendo-se de programas governamentais e poder vender seus produtos dentro do município com tranquilidade dentro da formalidade. Pois, como mostra o Quadro 2 acima, não houve aumento na quantidade de produtos comercializados. Segundo o relato de Maria (...) “depois da legalização meu lucro até diminuiu, pois aumentou os custos”, portanto, não houve aumento de lucro, pelo contrário, aumentou os custos de produção. Ainda é possível observar que não houve aumento na clientela, pois os produtos só podiam ser comercializados dentro do município, já que para poder comercializar os produtos fora, deve-se aderir Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA) ou Sistema de Inspeção Federal (SIF). E nenhuma das agroindústrias contribui para o INSS.

Esse cenário também pode provocar a desmotivação dos produtores para que sigam lutando em manterem as agroindústrias funcionando e legalizadas. No Brasil existem diferentes órgãos responsáveis pela legalização sanitária dos diversos empreendimentos, de acordo com o tipo de matéria prima processada e de produtos elaborados. A tabela 4 retrata essa questão legal.

Tabela 4- Tipo de legalização sanitária das agroindústrias antes do fechamento.

Legalização Sanitária	Agroindústria	Agroindústria
	A	B
Vigilância Sanitária		
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA		
Serviço de Inspeção Municipal/SIM	x	x
Serviço de Inspeção estadual /CISPOA		
Serviço de inspeção Federal/SIF		

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Por serem agroindústrias produtoras de queijo, tanto a matéria prima como o próprio produto, são de origem animal. Por essa razão, tanto as agroindústrias A como B, são fiscalizados pelo SIM, (Tabela 4). Com isso os produtos só poderão ser comercializados dentro dos limites de Santana do Livramento – RS.

Após a legalização, são muitos os aspectos novos que a família tem que lidar. Apesar da legalização habilitar os estabelecimentos a venderem seus produtos para programas sociais do governo, e também comercializar tranquilamente dentro da área municipal, o Quadro 3, revela algumas desvantagens identificadas durante os trabalhos de campo.

Quadro 3- Desvantagens após a legalização.

Desvantagens	Agroindústria A		Agroindústria B	
	Sim	Não	Sim	Não
Inclusão de gastos com taxas e impostos	x		x	
Aumento de despesas com pessoal		x		x
Redução da margem de lucro	x		x	
Falta de orientação dos órgãos públicos	x		x	
Dificuldade na obtenção de empréstimos		x		x
Aumento das exigências para manter-se legalizada	x		x	

Fonte: pesquisa de campo (2019).

Pode-se perceber que a Agroindústria A e B possuem os mesmos resultados, pois após a legalização, seus custos de produção tiveram aumento em decorrência das taxas e impostos. Não foi necessário investir em mão de obra de fora do âmbito familiar. Diante os aumentos dos custos, a margem de lucratividade baixou, pois o produto estaria onerado em excesso, caso os produtores fosse repassar todo esse custo para o preço final. A falta de orientação dos órgão público deixa a desejar. A legalização não representa desvantagem para aquisição de

empréstimos, no entanto, as exigências para manter-se legalizada aumentaram, o que dificultou a permanência das atividades agroindustriais.

Como visto anteriormente, as agroindústrias surgem das experiências caseiras de produção e venda em pequena escala de alimentos feitos artesanalmente. A Sra. Maria conta que trabalhou desde sua infância com queijos, bolos e pães caseiros. Já a Sra. Marta, antes da legalização além dos queijos, comercializava pães, cuca, passa de pêssego e linguiça. Ou seja, ambas agroindústrias trabalham com variedades. O Quadro 4 ilustra o que mudou na questão de variedade de produtos nas referidas agroindústrias.

Quadro 4 - Variedade de produtos fabricados antes e após a legalização

Produção	Agroindústria A		Agroindústria B	
	Sim	Não	Sim	Não
Início da produção somente após a legalização		x		x
Variedade de produtos maior após a legalização		x		x
Variedade de produtos menor após a legalização	x		X	
Não houve alteração na qualidade de produtos após a legalização	x		x	

Fonte: pesquisa de campo (2019).

No Quadro 4, tanto a agroindústria A como a B apresentaram os mesmos resultados, apesar de produzirem antes da legalização. A produção de queijo para comercializar de fato, só iniciou após os processos de formalização terem sido concluídos. A variedade de produtos diminuiu, pois as agroindústrias foram projetadas apenas para a produção de queijo. Quanto a qualidade dos produtos após a legalização, acabou mudando sim, pois a legislação sanitária exige que certas práticas tradicionais e culturais sejam substituídas pelas práticas dos manuais legais, fazendo com que certas características dos produtos desapareçam, como dito pela Sra. Maria anteriormente.

5. DIFICULDADES PARA MANTER A LEGALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA

Muitos são os entraves que as agroindústrias em geral tem de enfrentar para legalizar-se e para se manterem legalizadas. Como visto anteriormente, as altas taxas e impostos cobrados, além de despesas com responsável técnico que pesa no orçamento, novas exigências que fazem com que o produtor tenha que investir mais dinheiro para manter-se no mercado e falta de políticas públicas que fomentem a agroindústria familiar, são considerados os principais fatores que dificultam o trabalho legal desses estabelecimentos (AGUIRRE; MARTINS; MENEZES, 2018).

Nesse contexto, o Quadro 5 ilustra várias dificuldades que cercam as agroindústrias e o grau de dificuldade encontrado pelas proprietárias. Sendo assim, o grau 1 representa um grau de dificuldade muito baixo, o grau 2 representa um grau de dificuldade baixo, o grau 3 representa um grau de dificuldade alto e o grau 4 representa um grau de dificuldade considerado muito alto.

Quadro 5 - Dificuldades para manter a legalização da agroindústria.

Dificuldades	Agroindústria A				Agroindústria B			
	Grau				Grau			
	1	2	3	4	1	2	3	4
Quanto aos investimentos com estrutura física (edificação da agroindústria)			X				X	
Quanto liberação/expedição de Certidão de uso/ocupação do solo expedida pelo município	X					X		
Dificuldade quanto ao registro da empresa na Junta Comercial, e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) na Receita Federal								
Quanto à elaboração do projeto técnico, sanitário e ambiental	X					X		
Quanto ao licenciamento ambiental (obtenção da Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO) ou Licença Única de Instalação e Operação – LIO)			X			X		
Quanto ao registro dos produtos				X			X	
Quanto ao Registro do Estabelecimento (em caso de agroindústria de produtos de origem animal e de bebidas) ou Alvará de Funcionamento (agroindústrias de origem vegetal)				X			X	
Quanto à rotulagem		X				X		
Quanto a padronização do produto			X			X		
Quanto a despesas com profissionais (responsável técnico)				X				X
Quanto a despesas com licenças, alvarás, certidões		X					X	
Quanto a falta de legislação específica para agroindústrias familiares ou de pequeno porte				X				X
Quanto à burocracia				X				X
Quanto a comercialização/escoamento da produção	X					X		

Fonte: pesquisa de campo (2019).

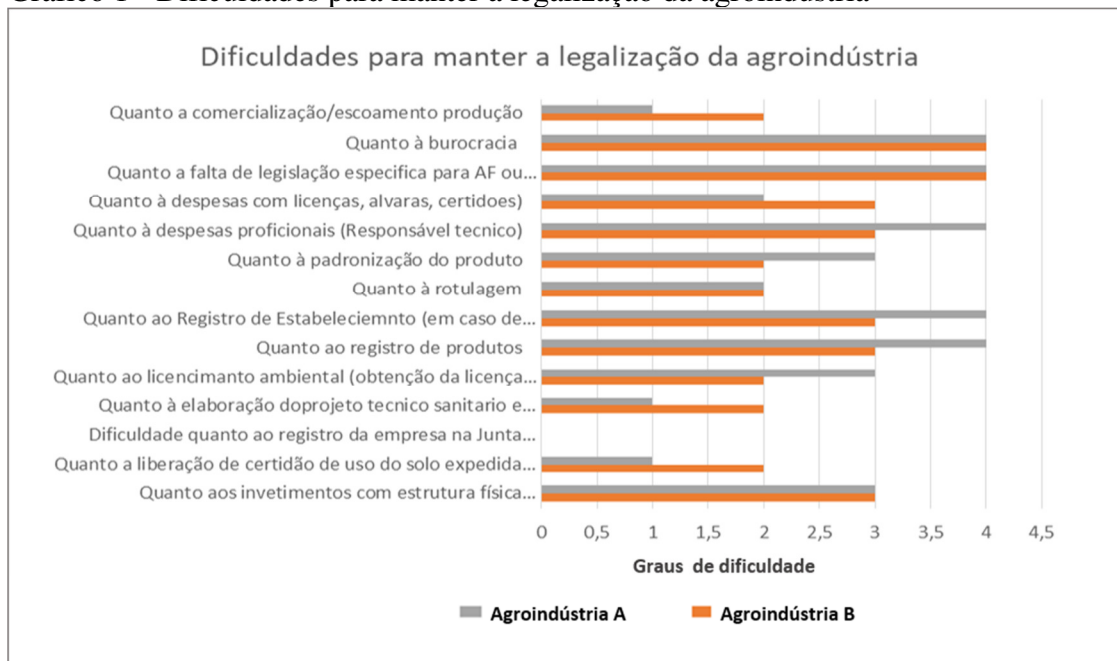
O Quadro 5 revela que os investimentos com a infraestrutura predial da agroindústria A e B foi considerado grau 3 (alto). Quanto liberação/expedição de Certidão de uso/ocupação do solo expedida pelo município a agroindústria A considerou o grau 1 (muito baixo), já agroindústria B considerou grau 2 (baixo). Em relação à dificuldade quanto ao registro da empresa na Junta Comercial, e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) na Receita Federal não houve registro, pois segundo as produtoras, as respectivas agroindústrias não se encaixam nesse contexto. Quanto à elaboração do projeto técnico, sanitário e ambiental, a agroindústria A pontuou como grau 1 (muito baixo), já agroindústria B pontuou como grau 2 (baixo), sentiu um pouco mais de dificuldade em relação a agroindústria A. No quesito licenciamento ambiental (obtenção da Licença Previa (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO) ou Licença Única de Instalação e Operação – LIO) a agroindústria A considerou o grau 3 (alto), já agroindústria B considerou grau 2 (baixo). Em relação ao registro do produto, o estabelecimento A considerou grau 4 (muito alto), já o estabelecimento B considerou grau 3 (alto). Segundo as proprietárias, esse resultado se dá pela burocracia enfrentada e a falta de organização por parte dos órgãos públicos.

Quanto ao Registro do Estabelecimento (em caso de agroindústria de produtos de origem animal e de bebidas) ou Alvará de Funcionamento (agroindústrias de origem vegetal), a agroindústria A pontuou o grau 4 (muito alto) e a B pontuou grau 3 (alto), também é reflexo das complexas exigências por parte dos órgãos competentes, em detrimento a isso, Aguirre, Martins e Menezes (2018) mostram que 53% das agroindústrias pesquisadas, pontuaram o grau 2 (baixo). Em relação a rotulagem ambas agroindústrias não tiveram muitos problemas, pois a A classificou em grau 2 (baixo) e a B classificou em grau 3 (alto). Quanto a padronização dos produtos, a agroindústria A considerou em grau 3 (alto), já agroindústria B considerou grau 2 (baixo). Quanto as despesas com profissionais (responsável técnico), ambas as agroindústrias pontuaram em grau 4, pois o valor pago a eles representa significativo custo para a produção. Em relação às despesas com licenças, alvarás e certidões, a agroindústria A considerou o grau (2), enquanto a agroindústria B considerou grau 3 (alto). Quanto a falta de legislação específica para agroindústrias familiares ou de pequeno porte, ambas as agroindústrias pontuaram grau 4 (muito alta), ou seja, existe uma necessidade significativa de leis mais específicas que sejam de acordo com a realidade desses estabelecimento. Com relação a burocracia, ambas agroindústrias consideraram o grau mais alto de dificuldade, grau 4. Alegam que a burocracia é excessiva, muitas vezes problemáticas e desnecessária.

Quanto a comercialização/escoamento da produção a agroindústria A considerou o grau 1 (mais baixo), no entanto a agroindústria B considerou o grau 2 (baixo), nesse item é preciso salientar o fato da localização dos referidos estabelecimentos, pois a agroindústria B não possui transporte próprio e antes de chegar a estrada de asfalto, existe um trecho de 5,5km de “chão batido”, o que dificulta a escoação da produção. Já a agroindústria A, localiza-se as margens da BR 293, a cerca de 41 km do município de Santana do Livramento, o que facilita o transporte dos produtos.

Nesse contexto, o Gráfico 1 abaixo, ilustra que os itens relativos a burocracia, falta de legislação específica, despesas com responsáveis técnicos, registro do estabelecimento e o registro dos produtos, são os que mais pesam para manter a legalização. As demais causas que dificultam o mantimento das atividades agroindustriais tanto para A como para B, são as despensas com licenciamento, padronização do produto, rotulagem e licenciamento ambiental.

Gráfico 1 - Dificuldades para manter a legalização da agroindústria



Fonte: pesquisa de campo (2019).

Corroborando com os dados mencionados anteriormente, os depoimentos relatados nas entrevistas realizadas com as proprietárias das agroindústrias vão de encontro aos dados coletados. Com relação aos entraves ou dificuldades no processo de legalização, as entrevistadas forneceram as seguintes informações:

[...] “Basicamente a papelada exigida e a falta de organização com relação aos locais que tem que levar a papelada. Vai no DEMA, tinha taxas disso, taxa daquilo. Pouca orientação sobre os lugares certos de ir para pegar documentos e pagar taxas”. (Entrevista, Marta Soares).

[...] “O fato de existir muitos produtores clandestinos, desmotivava o processo de legalização. A quantidade de Leis que são impostas. O SIM através do Sr. Ariel, exigem muito para poder legalizar. Pra conseguir a papelada tem que ir em vários locais diferentes entre secretarias e a prefeitura”. (Entrevista, Maria Silva).

No contexto da falta de políticas públicas voltadas especialmente para agroindústrias familiares e de pequeno porte, as proprietárias das agroindústrias pesquisadas deram as seguintes sugestões como medidas de apoio que deveriam ser implementadas para fomentar o seguimento:

[...] “Seria bom se nos três primeiros anos tivesse um responsável técnico disponível gratuito ou subsidiado pelo governo. Também isenção de taxas para o pequeno produtor”. (Entrevista, Marta Soares)

[...] “Em primeiro lugar amenizar as exigências da lei. Sentar junto com o produtor familiar para saber das reais necessidades. Demonstrar preocupação com as causas que levam a agroindústria a fechar. A partir de informações vinda do produtor familiar, formular leis que sejam de acordo com nossa realidade”. (Entrevista, Maria Silva)

Para este trabalho foi de muita importância saber como as produtoras se sentiram com a experiência de terem fechado suas agroindústrias, assim sendo, a agroindústria B não tem vontade de voltar a se legalizar e se tiver que voltar, seria na informalidade. Já a agroindústria A, demonstra muita vontade de voltar a trabalhar na agroindústria legalmente, justamente por ter o sonho de expandir seu negócio.

[...] “Não tenho vontade de legalizar novamente. E se fosse trabalhar seria na informalidade. Por que primeiro se fechou a agroindústria por causa dos custos e a segundo por que o pai e mãe se aposentaram e eu tinha um sonho de fazer uma faculdade e se formar. Agora mesmo eu tenho pego uma agroindústria de queijo e vem mais exigências do ministério da agricultura, então como pequeno agricultor como vai ser adaptar com mais exigências e mais gastos? Se houvesse taxas reduzidas para agroindústria familiar e a formalização de uma parceria pra dividir a mão de obra, já que os pais estão em idade avançada e não podem mais produzir, ai sim voltaria a se legalizar”. (Entrevista, Marta Soares)

[...] “Na verdade todo esse tempo que eu passei, tenho vontade de trabalhar e expandir. Mesmo com todos os trabalhos que eu tenho passado com problema de saúde, o meu sonho é levar o nome da agroindústria Prosperidade para todo lugar”. (Entrevista, Maria Silva)

[...] Tenho vontade de se me legalizar, tanto é que já estou em processo, só que os entraves enfrentados pela série de burocracias e leis que regem a agroindústrias, acabam desmotivando. Na atual conjuntura está valendo mais a pena trabalhar na informalidade. (Entrevista, Maria Silva)

De acordo com os relatos a cima, é importante que haja uma reflexão com relação a esse motivos que levaram as agroindústrias a fecharem, pois só assim, será possível adotar medidas que evitem futuras situações como estas apresentadas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, procurou-se realizar uma análise acerca do universo de entraves e dificuldades que as agroindústrias familiares enfrentaram, e por essas razões acabaram fechando seus respectivos estabelecimentos.

A Sra. Maria Silva é proprietária da agroindústria Prosperidade, identificada como Agroindústria A. Antes de legalizar sua agroindústria, além do queijo que aprendeu a fazer ainda em sua infância, fazia outros alimentos para ser consumido em casa. A ideia de construir e legalizar a agroindústria deu-se pelo motivo de ser uma realização pessoal, por isso realizou cursos que a deixasse apta para trabalhar no ramo de forma legal. A Sra. Marta Soares é proprietária das agroindústrias Queijos da Mila, neste trabalho identificada como Agroindústria B. Antes da legalização, produzia para consumo própria e para vender, pães caseiros, cuca, leite, salgadinho, queijo temperado e colonial.

Com isso, é possível perceber que em ambas as agroindústrias, de todos os itens que eram produzidos, se reduziram a dois tipos de queijo após a legalização. É ótimo para as famílias envolvidas que possam produzir esses queijos, mas também, nota-se que existe potencialidade de produzir uma diversidade de alimentos tradicionais, que muitas vezes são suprimidas pelas legislações que limitam a capacidade dos produtores, reduzindo a diversidade de produtos, que em muitas regiões são extremamente valorizados e atraem turismo, comércio e investimentos, como por exemplo, a região da serra do Rio Grande do Sul. De forma alguma quero dizer que essas regiões são desprovidas de leis rígidas que regulamentam as atividades, mas existe uma governança que une diversos setores e juntos valorizam o máximo dos produtores coloniais.

O estudo também revelou que entre as motivações que levam a iniciar as atividades agroindustriais legais, estão a alternativa ao desemprego, complemento de renda, os cursos de formação realizados, realização pessoal por terem seu negócio próprio e, por fim, a tradição do saber fazer, o conhecimento passado em gerações que agrega valor ao produto. No entanto, quanto a essa última motivação, cabe salientar que após a legalização os queijos produzidos tiveram alterações no sabor, pois o método de produzir mudou em alguns aspectos após a legalização devido a algumas exigências.

Quanto à renda familiar, obteve-se resultados distintos, pois para a agroindústria A o resultado representou até 50% da renda, e a agroindústria B pode representar valores de até 90%. Com isso, o fechamento das respectivas agroindústrias representa um grande impacto na renda familiar. Apesar da Sra. Maria demonstrar preferência em trabalhar na agroindústria, existem outras atividades agrícolas que sustentam a família. No caso da Sra. Marta, os pais que compunham a mão de obra na agroindústria, são aposentados e ganham um salário mínimo cada, ou seja, houve um grande impacto, já que a Sra. Marta mora na cidade, estuda na universidade e está desempregada atualmente. Essas situações geram certa preocupação para as famílias que estão lutando diariamente para garantir que suas agroindústrias se desenvolvam ao invés de seguir pelo caminho inverso.

É importante registrar a importância da EMATER para o início da agroindustrialização, pois segundo o estudo realizado, essa instituição se revelou a principal aliada no quesito de viabilizar a legalização das agroindústrias.

Em relação as vantagens e desvantagens após a legalização, o presente estudo revelou que as desvantagens foram maiores, o que pode ser atribuído as razões pelos quais as agroindústrias foram fechadas.

Este trabalho corrobora com Aguirre, Martins e Menezes (2018) e demais estudos, que revelam os altos graus de dificuldades que as agroindústrias familiares e de pequeno porte passam com as legislações fiscais, ambientais e sanitárias. Ambas as agroindústrias estudadas revelaram, praticamente, os mesmos problemas enfrentados, principalmente com as exigências sanitária e a fiscalização do Serviço Municipal de Inspeção.

Destaca-se ainda, atentar para as questões de valorizar a diversidade de produtos que uma família pode produzir em nível agroindustrial no município de Santana do Livramento. Constatou-se que após a legalização, a diversidade de alimentos processados reduziu a dois produtos, o queijo temperado e o colonial para serem comercializados formalmente. Durante as entrevistas, notou-se que não houve nenhuma preocupação por parte dos órgãos públicos municipais em reverter o fechamento dessas agroindústrias.

Outro aspecto que deve ser enfatizado são os elevados custos com estrutura física, registro de produtos, registro do estabelecimento, despesas com profissionais (responsável técnico) e demais despesas com licenças, alvarás e certidões. Todas essas questões representam alto custo para as agroindústrias familiares em detrimento à quantidade de produtos produzidos.

Por fim, este estudo procurou direcionar o foco nos entraves que as agroindústrias familiares, em termos de legislação, possuem em se adaptar para manter-se funcionando.

Diante da atual conjuntura política que estamos vivendo a nível nacional, estadual e municipal não tem demonstrado preocupações em fomentar esse seguimento tão importante para o desenvolvimento regional, pois a legislação inda é demasiadamente verticalizada, não demonstrando preocupação em atender as necessidades da agricultura e agroindústrias familiares a partir das necessidades locais de cada região.

Faltam, ainda, políticas públicas a nível municipal que incentivem a integração entre órgãos públicos, instituições locais e o comercio que promovam o desenvolvimento local através da valorização dos produtos oriundos da agricultura e agroindústria familiar e de pequeno porte. De mais urgência, diante de tantos subsídios que o governo oferece para as mais diversas áreas se desenvolverem, fica aqui a sugestão para que haja, também, subsídios para os aspectos e fatores que mais oneram e pesam nos custos que agroindústrias familiares. No entanto, cabem mais estudos com relação ao tema e, constantemente deverá haver monitoramento sobre o andamento das agroindústrias familiares para verificar se existe possibilidades de mais estabelecimento solicitarem o seu fechamento.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Andressa Arigony; MARTINS, Alessandra Machado; MENEZES, Leonardo de Melo. Dificuldades encontradas durante o processo de legalização das agroindústrias no município de Santana do Livramento – RS. **Revista Eletrônica Científica da Uergs**, v. 4, n. 1, p.136-151, 13 abr. 2018.

ANDERSSON, Norberto Luiz Marques. **Agroindustrialização no Município de São Lourenço do Sul/RS: Diagnóstico, problemas e soluções**. 2015. 95 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. **REVOLUÇÃO VERDE E A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA**. Juiz de Fora, p.43-55, 2007.

BORTOLUZZI, Dinara Laís. **Agroindústria familiar rural e desenvolvimento econômico: um estudo no município de doutor Maurício Cardoso/RS**. 2013. 91 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Ciências Econômicas, Faculdade Horizontina, Horizontina, 2013.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6ª Ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

FERNANDES, Denise Medianeira Mariotti; ENGEL, Bruna da Silva. Agroindústrias familiares rurais: vantagens e desvantagens da legalização. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p.183-229, mai./ago. 2016.

GAZOLLA, Marcio. Segurança alimentar e nutricional e agroindústrias familiares: políticas públicas e ações locais. **Campinas**, v. 2, n. 21, p.527-540, jan. 2014.

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. A agroindústria familiar: uma estratégia de agregação de valor a produção e renda das famílias rurais. **Apresentação Oral-agricultura Familiar e Ruralidade**, Frederico Westphalen, p.1-20. 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

KARNOPP, Erica et al. Formalidade x informalidade: análise sobre as dinâmicas das agroindústrias familiares do Vale do Rio Pardo (RS/Brasil). **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara/RS, v. 16, n. 1, p.55-81, jan/jun.2019.

PREZZOTO, Leomar, Luiz. **Agroindústria da agricultura familiar: regularização e acesso ao mercado**. Brasília, DF : CONTAG, 2016.

LOBO, Tiago. **Selo Sabor Gaúcho oferece segurança ao consumidor e alavanca vendas das agroindústrias na Expointer**. 2016. Disponível em: <<https://www.sdr.rs.gov.br/selo-sabor-gaucha-oferece-seguranca-ao-consumidor-e-alavanca-vendas-das-agroindustrias-na-expointer>>. Acesso em: 30 mai. 2019.

NICHELE, Fernanda Severo; WAQUILI, Paulo Dabdab. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 12, p.2230-2235, dez. 2011.

PEREZ, Flavia Carvajal et al. Agroindústrias familiares como estratégia de desenvolvimento para o município de Santa Rosa / RS : O caso da Legislação. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 2009, Porto Alegre. p. 1–14. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 49.341, de 05 de julho de 2012. Cria o Programa de Agroindústria Familiar do Estado do Rio Grande do Sul, institui o selo de marca de certificação “Sabor Gaúcho” e dá outras providências. . Porto Alegre, RS, 06 jul. 2012.

RODRIGUEZ, Thuany da Silva. **A contribuição do setor agroindustrial para o desenvolvimento de Sant’ana do Livramento**. 2015. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso Superior de Bacharelado em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento, 2015.

SANTOS, Jaqueline Sgarbi. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul: uma análise do processo de comercialização**. 2006. 130 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf)**. Disponível em: <<https://www.sdr.rs.gov.br/programa-estadual-de-agricultura-familiar>>. Acesso em: 30 maio 2019.

TONIETTO, Jorge. O conceito de denominação de origem como agente promotor da qualidade dos vinhos. In: TONIETTO, Jorge. **Viticultura e Enologia - Atualizando Conceitos: Viticultura e Enologia - Atualizando Conceitos**. Bento Gonçalves, 2019. p. 151-161.

WESZ JUNIOR, Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil. In: IV Congreso Internacional de la Red Sial, 4., 2008, Mar del Plata. **Congreso**. Mar del Plata Ar: Iv Congreso Internacional de La Red Sial, 2008. p. 1 - 29.

WIVES, Daniela Garcez; KÜHN, Daniela Dias (Org.). Agroindústria: conceitos e relação com o desenvolvimento rural. **Gestão e Planejamento de Agroindústrias Familiares**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.9-40, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, jan. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de Entrevista – Agroindústrias familiares

Dados de identificação

01. Nome _____

02. Idade: _____

03. Telefone: _____

04. Localização (Bairro/Distrito): _____

05. Nº de membros da família que trabalham na agroindústria: _____

Bloco 1 - Resgate histórico da origem da agroindústria

06. O que a Sr.(a) produzia e/ou no que trabalhava antes de possuir a agroindústria?

07. Motivação (principal) para iniciar a atividade:

- () Alternativa ao desemprego () Cursos de formação () Cursos de formação
 () Complemento de renda () Ocupação ter o que fazer () Realização pessoal
 () Tradição () Outro _____

08. Composição do trabalho: Mão de Obra

- () Familiar () Contratada fixo () Contratada temporária

Número total de pessoas envolvidas na atividade por ano: _____

09. Qual era a participação do agroindústria na renda familiar

- () Menos de 10% () De 10% a 20% () De 20% a 50% () De 50% a 70%
 () De 70% a 90% () Mais de 90%

10. Alguma organização/entidade contribuiu no início do processo?

- () Não teve auxílio () Emater () Prefeitura Municipal (SMAPA) ()
 Universidade () Outro(s) _____

11. Como a organização/entidade contribuíram (cursos, orientações no processo produtivo, construção da agroindústria, receitas etc.)?

12. Alguma política pública ou programa estimulou a construção da agroindústria inicialmente? Comente

13. Como foi o início da atividade de agroindustrialização:

a) problemas enfrentados (legislação, crédito, etc)

b) acesso aos mercados

c) à relação com os consumidores

d) o apoio das instituições locais

14. Quanto tempo a agroindústria manteve atividade (legalizada): _____

15. Quais foi (foram) o(s) motivo(s) do fechamento e/ou da deslegalização da agroindústria?

16. Continua produzindo e vendendo produtos na informalidade

() Não () Sim

Por que

razões _____

Bloco 2 – Caracterização da Produção e Matéria Prima (antes do fechamento ou se segue operando na informalidade)

17. Tipo de agroindústria

() Origem vegetal () Origem animal () Origem vegetal e animal

18. Identificar como a atividade de processamento estava organizada.

() Grupo informal; () Familiar; () Cooperativa; () Microempresa; () Associação formal.

19. Produtos, origem da matéria prima e comercialização

Produtos produzidos	Origem Matéria Prima*	Comercialização**

*(1) Própria (2) De terceiros (3) Ambos

** (1) No estabelecimento próprio (2) Supermercado (3) Feiras (4) Casa em Casa

(5) Mercado Institucional – PNAE (6) Mercado Institucional – PAA (7) Intermediário

(8) Restaurante (9) Outros

20. Quais as dificuldades possuía para a aquisição de matérias primas?

- preço elevado escassez de matérias primas quantidade insuficiente
 distância atrasos nas entregas Outros _____
 não tem/ vê dificuldades

Bloco 3- Aspectos legais das agroindústrias fechadas

21. Legalização Sanitária:

- Não legalizada
 Vigilância Sanitária
 Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA
 Serviço de Inspeção Municipal/SIM
 Serviço de Inspeção estadual /CISPOA
 Serviço de inspeção Federal/SIF

22. Legalização fiscal

- Sem instrumento legal
 Microempresa
 Nota de cooperativa
 Nota fiscal de produtor rural

23. Legalização ambiental

- Possui licença ambiental
 Não possui
 Nunca foi solicitado

Bloco 4 – Impactos da legalização

24. Vantagens e desvantagem surgidas após a legalização

Vantagens		Desvantagem	
Aumento das vendas	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Inclusão de gastos com taxas e impostos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Aumento da margem de lucro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Aumento de despesas com pessoal	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Comercializar produtos valendo-se de programas governamentais	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Redução da margem de lucro	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Aumento da clientela	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Falta de orientação dos órgãos públicos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Expansão da área de abrangência local	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Dificuldade na obtenção de empréstimos	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Cobertura dos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Aumento das exigências para manter-se legalizada	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Outros _____		Outros _____	

25. Variedade de produtos fabricados antes e após a legalização

Início da produção somente após a legalização	() Sim () Não
Variedade de produtos maior após a legalização	() Sim () Não
Variedade de produtos menor após a legalização	() Sim () Não
Não houve alteração na variedade de produtos após a legalização	() Sim () Não

26. Quantidade de pessoas envolvidas na produção

Antes da legalização (nº de pessoas): _____

Depois da legalização (nº de pessoas): _____

Bloco 5– Dificuldades para manter a legalização da agroindústria

26. Dificuldades para manter a legalização da agroindústria

Grau de dificuldade muito baixo	1
Grau de dificuldade baixo	2
Grau de dificuldade alto	3
Grau de dificuldade muito alto	4

Dificuldades	Grau			
	1	2	3	4
Quanto aos investimentos com estrutura física (edificação da agroindústria)				
Quanto liberação/expedição de Certidão de uso/ocupação do solo expedida pelo município				
Dificuldade quanto ao registro da empresa na Junta Comercial, e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) na Receita Federal				
Quanto à elaboração do projeto técnico, sanitário e ambiental				
Quanto ao licenciamento ambiental (obtenção da Licença Previa (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO) ou Licença Única de Instalação e Operação – LIO)				
Quanto ao registro dos produtos				
Quanto ao Registro do Estabelecimento (em caso de agroindústria de produtos de origem animal e de bebidas) ou Alvará de Funcionamento (agroindústrias de origem vegetal)				
Quanto à rotulagem				
Quanto a padronização do produto				
Quanto a despesas com profissionais (responsável técnico)				
Quanto a despesas com licenças, alvarás, certidões				
Quanto a falta de legislação específica para agroindústrias familiares ou de pequeno porte				
Quanto à burocracia				
Quanto a comercialização/escoamento da produção				

27. Qual foi o maior entrave ou dificuldade no processo de legalização da sua agroindústria?

28. Quais foram as maiores dificuldades para manter a sua agroindústria em funcionamento?

29. Quais as principais políticas e medidas de apoio devem ser implementadas para fomentar as agroindústrias?

30. Tem desejo de voltar a legalizar a agroindústria? Comente

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL BACHARELADO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AGROINDUSTRIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) Sr(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso do aluno Marcos Vinícius Acosta, sob orientação do professor Márcio Zamboni Neske, que visa analisar as dificuldades de funcionamento das agroindústrias no município de Santana do Livramento.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será **divulgado** o seu nome em qualquer fase do estudo. Os dados coletados serão utilizados apenas **nesta** pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento.

Para isso () **AUTORIZO** / () **NÃO AUTORIZO** a realização da entrevista, fotografia, gravação e filmagem vinculada a minha identificação para publicação na pesquisa ora informada.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

Data: _____

Informações para contato

Nome do Pesquisador: Marcos Vinícius Acosta

Telefone: (55) 984145773

e-mail: marcosfronteiro@gmail.com

Instituição/Endereço: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Rua Rivadávia Corrêa, 825 - Centro, Santana do Livramento - RS, CEP: 97573-010. Telefone: (55) 3244-1440